

Em 13 de julho de 1990, o Brasil se tornou referência no cenário mundial como um dos primeiros países a incorporar em sua legislação interna os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada no ano anterior pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir de então, no texto da lei, crianças e adolescentes passam a ser considerados sujeitos plenos de direitos, cabendo à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público assegurá-los com absoluta prioridade.

Agora, ao comemorarmos os 30 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Revista Sociais e Humanas, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria, instigou pesquisadoras e pesquisadores a contribuírem com o dossiê temático que buscou refletir sobre os avanços, mas também as lacunas e as necessidades de melhorias no que tange à concretização dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros.

Foram selecionados 11 estudos para compor o dossiê temático **(Re)construindo olhares da pesquisa sobre as crianças e os adolescentes brasileiros**, que será dividido nas duas últimas edições da revista em 2020. Os textos apresentam estudos nas áreas da Comunicação, Direito, Saúde, Serviço Social e Políticas Públicas. Nesta edição, n.2, serão publicados cinco artigos que compreendem interlocuções entre Comunicação, Direito e Saúde e duas práticas de extensão a partir de relatos de experiências relacionadas a cidadania comunicativa e análise crítica da mídia.

O primeiro artigo, intitulado **A construção social de gênero para crianças através do Youtube**, de Maria Clara Monteiro, aborda como o consumo de vídeos na plataforma Youtube vem permeando o cotidiano de crianças a partir de *gadgets* e demarcando tendências de comportamento e de gênero.

O segundo texto também traz uma pesquisa sobre crianças e o Youtube. O artigo **Meu nome é Liv: youtubers mirins e seus engajamentos identitários na relação com as infâncias contemporâneas**, de Elisa Bastos Araujo, retrata como youtubers mirins expressam suas maneiras de ser e ver o mundo a partir dos processos sociais contemporâneos.

Ainda sobre a ótica da mídia, apresenta-se o texto de Luiza Cunha Barata, intitulado **Para se pensar e criar outros tipos de narrativas: territórios midiáticos e mídia tática para crianças, no contexto da Favela da Providência**. Ele discute como a comunicação e a tecnologia podem potencializar disputas de espaços urbanos, por meio da construção de novos territórios midiáticos, além dos tradicionais espaços tecidos pela grande mídia.

O quarto artigo desenvolve um olhar interdisciplinar entre o Direito e a Saúde, no texto de Luiz Paulo Dammski e Izadora Caroline Costa, **O aleitamento materno no cárcere à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Os autores tratam da importância do direito ao aleitamento materno para mulher e crianças que estão em situação de cárcere, levando em consideração a situação das estruturas prisionais voltadas à população feminina.

O quinto estudo tem como título **Ações de destituição do poder familiar em processos de adoção no Rio de Janeiro: valores morais e práticas**. Nele, Alessandra de Andrade Rinaldi discorre sobre como são coordenadas as ações de destituição do poder familiar de crianças e adolescentes em processo de adoção no Rio de Janeiro. A autora analisa quarenta e nove processos para compreender quais são os valores e saberes inferidos em tais casos.

Já os relatos de extensão Universitária apresentam um olhar contemplativo e crítico da mídia em contextos escolares. O primeiro deles, **Imagens de si, do outro e da cidade: uma experiência educ comunicativa com educandos no interior do gaúcho**, aborda como o uso de telefones celulares pode auxiliar na construção de narrativas visuais por parte de educandos de Nova Boa Vista, município do norte gaúcho. O texto relata uma ação de extensão realizada por Patrícia Signor, Rômulo Tondo e Jacson Schumacher.

O segundo relato, **Programa Análise Crítica de produtos midiáticos UFRGS/ Comunidade**, traz a experiência desenvolvida pelo grupo de pesquisa Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder, coordenado pelo professor Rudimar Baldissera. O projeto está na oitava edição e envolve educadores, educandos e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em práticas de (des)construção da mídia sob um viés crítico junto aos discentes do Programa de Pós-Graduação de Comunicação daquela Universidade e alunos de escolas públicas de ensino médio da capital gaúcha.

Longe de esgotar a problematização sobre os contextos de vida de meninas e meninos brasileiros no marco dos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, os textos ora reunidos delineiam percursos distintos e complementares, mostrando potencialidades da pesquisa sobre o viver e o ser criança e adolescente.

Acreditamos que tais estudos possam servir de inspiração para outras investigações que privilegiam as crianças e os adolescentes como protagonistas de pesquisas, bem como para o desenvolvimento de novos olhares interdisciplinares em torno dos avanços e desafios para a concretização de seus direitos.

Agradecemos aos autores que submeteram seus manuscritos para apreciação neste dossiê, aos pareceristas desta edição e a todos que acreditam que a pesquisa, o ensino e a extensão podem transformar a realidade de crianças e adolescentes, não só brasileiros, mas em diferentes contextos políticos e sociais.

Fazemos um agradecimento especial à professora Sheila Kocourek, editora da RSH, e ao Centro de Ciências Sociais e Humanas, no nome do seu diretor, professor Mauri Leodir Löbler, por acreditarem na importância de um dossiê como este, estimulando pesquisas que auxiliem a sociedade em seus esforços para a efetivação das promessas de cidadania e vida digna expressas na legislação.

Tenham todas e todos uma excelente leitura.

Rômulo Oliveira Tondo¹

Douglas Moreira²

e demais membros da equipe editorial da RSH

¹ Membro do corpo editorial da Revista Sociais e Humanas; Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná.